
DA POBREZA ESTRUTURAL À RESISTÊNCIA: PENSANDO OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA¹

POVERTY STRUCTURAL RESISTANCE: THINKING THE CIRCUITS OF URBAN ECONOMY

Maria Laura Silveira²

RESUMO: Discutimos as relações entre o circuito superior, resultado da modernização atual e do uso corporativo do território, e o circuito inferior, que se multiplica face à produção da pobreza urbana. Áreas diferentemente equipadas pela sua valorização seletiva, permitem a instalação de usos mais ou menos rentáveis, sob a força de um consumo que se acirra. As atividades vinculadas à produção científico-tecnológica, consultoria, finanças e comércio internacional constituem o circuito superior, no qual também se desenvolve uma porção marginal constituída de formas mistas. Como resultado indireto dessa modernização, outro conjunto de formas de fabricação, comércio e serviços com baixo grau de capital, tecnologia e organização constitui o circuito inferior.

Palavras-chave: circuitos da economia urbana, meio construído, consumo, pobreza, globalização.

ABSTRACT: We argue the relations between upper circuit, resulted of the current modernisation and of the corporate use of the territory, and the lower circuit, that multiplies in front of production of urban poverty. Differently equipped zones, with selective value, allow more or less profitable uses, based in growth of the consumption. The activities linked to scientific-technological production, consulting, the financial system and international trade constitute the upper circuit, which is also constituted by a marginal contribution of mixed forms. As an indirect result of this modernization, another set, of manufacturing, commercial and service forms with low degrees of capital, technology and organization, constitutes the lower circuit.

Key words: circuits of the urban economy, environment building, consumption, poverty, globalization.

1 Artigo elaborado a partir do texto apresentado no XVI Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Porto Alegre, 2010.

2 Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo. Foi Professora no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Atualmente é Pesquisadora Independente do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) no Instituto de Geografia da Universidad de Buenos Aires. E-mail: laurasil@usp.br.

Artigo recebido em maio de 2013 e aceito para publicação de julho de 2013.

Introdução

A indissociabilidade histórica entre a formação socioespacial e as dinâmicas urbanas desponta como um princípio de método fundamental no estudo da urbanização e da cidade. Para tanto é de toda relevância considerar a diferença e a complementaridade entre dois planos de análise quando abordamos o fenômeno urbano: de um lado, a economia política da urbanização e, de outro, a economia política da cidade (SANTOS, 1994). Enquanto a primeira confunde-se com a economia política do território, revelando a repartição dos instrumentos de trabalho, do capital, do emprego e dos homens numa formação socioespacial, a segunda mostrar-nos-ia como o meio construído urbano se organiza face à produção e como os agentes da vida urbana encontram seu lugar nesse meio construído e na divisão do trabalho. Em outras palavras, nas suas diversas escalas ou manifestações empíricas, o espaço geográfico é um resultado, dinâmico e contraditório, da superposição de divisões do trabalho e dos respectivos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação. Dir-se-ia que o processo de urbanização e a cidade são ordens espaciais interdependentes, cuja abordagem crítica deve ser feita concomitantemente. É mister formular, ao mesmo tempo, uma economia política para cada uma dessas ordens espaciais.

Consideramos a cidade como a superposição de divisões do trabalho morto – vistas aqui como meio construído – e de divisões do trabalho vivo – entendidas como mercado. Nesse jogo desigual entre agentes no uso do território, o Estado é uma mediação fundamental e daí seu papel explicativo no esquema de análise.

A base material constitui o meio de trabalho e de existência para a maior parte da população e, malgrado sua apropriação crescentemente seletiva, permite a socialização da produção, uma vez que o trabalho se divide e se unifica num tecido produtivo complexo e preme de complementaridades. Para diversos agentes e atividades, mormente nas metrópoles, os fatores de produção são os mesmos, sobretudo quando se trata do patrimônio público. Tratar-se-ia de divisões sociais e territoriais do trabalho superpostas ou de uma rede diferenciada de agentes que, distribuídos no meio construído, produzem e consomem a partir de lógicas distintas porém interdependentes.

Por isso a cidade é um grande mercado, formado por diversos circuitos de produção e consumo. À fragmentação da demanda corresponde uma fragmentação da oferta, constituída por divisões do trabalho realizadas com técnicas e formas de organização diversas num mesmo espaço geográfico. Daí a idéia de que a cidade é a relação dialética e indissociável entre o circuito superior e o circuito inferior, cujas localizações e tarefas se diferenciam pelos graus de capital, tecnologia e organização (SANTOS, 1975; SANTOS, 1994; SILVEIRA, 2007).

A cidade é uma totalidade una e fragmentada que pode ser analisada a partir de tais circuitos, mas cuja explicação não se alcança nos limites da mancha urbana. Mormente no período da globalização, a pretensa autonomia de significado de uma dada escala não encontrará seu fundamento na chamada realidade, já que não há autonomia de existência nem dos objetos, nem das ações, nem das normas nos lugares. Daí a indissociabilidade entre território nacional e cidade, entre economia política da urbanização e economia política da cidade, entre circuito superior e circuito inferior. Nunca houve tanta interdependência e indissociabilidade entre esses pares explicativos, já que hoje a ordem espacial só pode ser entendida nos seus sistemas de objetos, ações e normas de alcance planetário e singularidades nacionais e regionais. Não há como compreender a constituição do espaço urbano sem sua relação com a formação socioespacial, nem a constituição do meio construído sem a relação entre as forças produtivas e o consumo, cujo escopo depende do poder dos agentes.

Entretanto, hoje, a pluralidade de sistemas técnicos e formas de trabalhar é subordinada ao domínio de forças externas que impõem a modernização da agricultura e da exploração de minérios e energia, da indústria e do setor de serviços e, particularmente, do sistema financeiro. Configurando situações de oligopólio, uma nova ordem espacial se consolida, instaurando processos técnicos e políticos derivados que contribuem para mudar as feições dos espaços nacionais e das cidades. Quanto mais poder conquistam esses oligopólios nos territórios nacionais, maior é a distância entre os circuitos da economia urbana.

Desse modo, alicerçados num debate teórico, interessa-nos discutir a interrelação e distanciamento entre o circuito superior e o circuito inferior, assim como analisar a incorporação desigual das variáveis contemporâneas e a produção de pobreza estrutural e de resistência.

Alargamento do circuito superior, oligopolização e economia urbana

Comandado por conteúdos científicos, informacionais e financeiros, o sistema técnico que caracteriza a globalização tem permitido ocupar áreas novas para a produção e centralizar, ainda mais, os comandos políticos num pequeno número de pontos no território. O circuito superior aumenta seu controle sobre o território nacional, privilegiando áreas aptas para seus interesses, enquanto se distancia das atividades banais da cidade. Assim, a agricultura moderna e a indústria dispersa demandam a especialização dos serviços urbanos. Dir-se-ia, contudo, que é uma difusão concentrada das variáveis contemporâneas, responsável por uma aceleração dos processos de urbanização com o aumento da população urbana, do número de cidades e de demandas materiais e imateriais, produtivas e consumptivas, mercantis e sociais. Tarefas vinculadas à técnica, propaganda e *marketing*, administração e logística, exportação, informação estratégica e finanças tornam-se basilares e, em decorrência, o circuito superior se robustece, ainda que de modo seletivo, nas grandes cidades e em algumas cidades médias. Atividades modernas solicitam mais atividades modernas e novas relações se estabelecem entre as cidades fazendo dialogar entre si tais patamares da economia superior. Daí a densidade técnica, informacional e normativa ao longo da rede urbana nas porções mais modernas do território.

Essa difusão de variáveis modernas aumenta a divisão do trabalho e as respectivas formas de cooperação ainda que, ao mesmo tempo, desvalorize boa parcela do trabalho. Nessa direção, há inúmeras tarefas, imprescindíveis a essa economia superior, cuja realização não interessa aos atores hegemônicos. Transportes, consertos, distribuição, abastecimento, contabilidade, produção de certos insumos ou serviços, entre tantas outras, são atividades confiadas a firmas de capitais mais reduzidos, cuja interlocução com a técnica e a organização do circuito superior é a condição mesma da sua existência. É a porção marginal do circuito superior, capaz de contribuir a unificar as etapas da divisão territorial do trabalho hegemônica.

Exercendo um papel essencial na cooperação, essa porção marginal do circuito superior obtém, todavia, lucros modestos em função do poder que os atores hegemônicos detentam para impor as condições e o valor do trabalho ao resto dos agentes. Entretanto, o poder público não é alheio a essa desigualdade no valor do trabalho. A existência de tal porção marginal na economia superior permite diminuir custos sem por isso abater os preços finais dos bens e serviços. Assim, a situação de oligopólio se fortalece por esse caminho, embora não se complete graças à própria existência tais pequenas e médias

empresas. Essa é a natureza ora residual ora emergente do circuito superior marginal. É residual quando a oligopolização cerca a atividade não raro pela via da modernização tecnológica. É emergente quando o domínio dos objetos técnicos modernos ou de formas organizacionais contemporâneas lhe assegura a procura do circuito superior.

Se o trabalho se diversifica num significativo número de profissões e de papéis territoriais, as possibilidades de emprego se restringem graças à automação e às novas formas organizacionais como a terceirização. Longe de ter um conhecimento científico-tecnológico para prestar serviços dessa natureza à economia superior, boa parte da população urbana realiza trabalhos ocasionais e orientados a consumos banais. Num verdadeiro sistema de vasos comunicantes, o circuito inferior nasce e se desenvolve em função tanto da insatisfação das demandas criadas pela economia hegemônica como do desemprego estrutural. Em outras palavras, as pequenas atividades permitem sobreviver por meio da criação de oportunidades de trabalho e, ao mesmo tempo, consumir bens e serviços de menor valor agregado. Quanto mais acirrada a situação de oligopólio, maior é o enxame de tais atividades de sobrevivência, nas quais as equações de custos e lucros são subordinadas ao comportamento da economia superior.

Nessa economia inferior a contigüidade é um dado fundamental, pois possibilita, malgrado a fragmentação do tecido urbano, uma certa socialização dos fatores de produção ao conviver, lado a lado, mão-de-obra, pequenos capitais, técnicas diversas e pessoas com vontade de consumir. Oferecendo produções criativas ou imitativas, essas divisões sociais e territoriais do trabalho são, no entanto, dependentes da ordem espacial planetária ditada pelos oligopólios. Daí a alta mortalidade das pequenas empresas e de outros agentes menos capitalizados.

Numa ordem espacial definida pelas relações implacáveis dos grandes capitais, com técnicas materiais e de ação de alto desempenho e racionalidade, a combinação dos fatores de produção no circuito inferior revela a necessidade de encontrar abrigos. Todavia, isso não significa que as atividades do circuito inferior sejam imunes à força dos oligopólios nem que as relações entre os agentes não se tornem, também e por vezes, implacáveis. O endividamento dos mais pobres, por exemplo, acaba por socavar as relações horizontais. No momento em que os agentes do circuito inferior são impingidos, pela via da necessidade e da propaganda cientificamente produzida, a tomar empréstimos a taxas leoninas, suas relações de produção buscam novos arranjos para obter lucros mais elevados. Amiúde não conseguem tal façanha, ainda que, para tanto, relações de exploração possam tomar o lugar das relações de cooperação mais horizontais. Nessas novas equações da economia inferior, o capital financeiro ganha mais valor do que o trabalho e formas imitativas do circuito superior podem caracterizar já não apenas os bens e serviços produzidos mas também a própria organização do trabalho.

Embora o circuito inferior renove, em situações como essas, sua subordinação e dependência do circuito superior, não é demais lembrar que os circuitos da economia urbana constituem um movimento complexo e contraditório. Hoje, as técnicas mais flexíveis têm criado um leque de possibilidades de trabalho e resistência para o circuito inferior e superior marginal, como mostram Grimm (2003) nas pequenas fábricas de refrigerantes, Borin (2003) para o caso dos tecidos, Montenegro (2006) nas pequenas lojas que agrupam atividades diversas como sapateiro, encadernação, fotocópias, fabricação de carimbos e dedetização, Bicudo (2006) nos pequenos laboratórios farmacêuticos e de produtos fitoterápicos e distribuidoras de medicamentos, Cruz (2008) nos pequenos e médios estúdios de gravação de música, Di Nucci (2009) na comercialização de bebidas,

David (2009) no conserto de instrumentos e equipamentos médicos e Oliveira (2010) para o caso dos moto-taxis e motoboys. A cada situação geográfica, a incorporação das variáveis do período é diferente. Por isso a cidade revela divisões territoriais do trabalho em permanente reconstrução apesar de que, amiúde, seja entendida como produto unívoco e homogêneo de uma única divisão do trabalho. Certos economicismos, certas formulações políticas ou mesmo científicas parecem transitar esse caminho que acaba por ofuscar a filigrana do espaço geográfico. Espaço, cidade e divisão do trabalho são, portanto, conceitos plurais.

Espaço dividido, espaço compartilhado: condições de produção na cidade

Segundo sua capacidade de pagar pelas localizações e de adaptar-se às normas existentes, os agentes ocupam certas áreas do meio construído. Entretanto, as localizações não são permanentes, mas tendem a ser efêmeras, ao sabor das distintas equações entre o custo da localização e a capacidade de agregar valor aos produtos e serviços. Se, para os mais pobres, numerosas áreas periféricas abrigam localizações produtivas mais longevas, a instalação de pontos de trabalho nos centros das cidades revela, não raro, vida curta. Não é incomum que, em áreas periféricas, os agentes do circuito inferior mudem de ramo conservando a localização. Uno e segmentado, o meio construído urbano está, por isso, em metamorfose permanente, levando a buscar novas condições de produção e, em definitivo, de vida.

Por outro lado, recentemente as áreas de diversidade de comércio e serviços em centralidades mais pobres têm se tornado atrativas para as grandes redes nacionais e internacionais. Novas localizações de empresas de venda de eletrodomésticos, materiais de construção, roupas e também financeiras coexistem com diversas manifestações do circuito inferior (SILVEIRA, 2009). Não deixa de ser um dado novo tal resposta do circuito superior às demandas banais da população pobre em áreas mais degradadas. Essa expansão da distribuição à escala metropolitana acompanha-se, numa relação de necessidade, com o aumento da capacidade de organização macroeconômica do território por meio da implantação de novas fábricas, entrepostos e depósitos.

Outrossim, o acesso aos transportes e comunicações é desigual, ora pela densidade técnica da parcela do meio construído onde as firmas se instalam, ora pela capacidade desigual de pagar pelas tarifas ou de negociar contratos ou preços, como no caso dos grandes consumidores corporativos. Além disso, as capacidades técnicas das empresas são diferentes, em função de suas possibilidades de incorporar novos objetos técnicos, assim como formas de organização e trabalho que, nas condições atuais, asseguram um melhor desempenho. Portanto, as grandes firmas podem amiúde reduzir seus custos operativos graças a um aumento de capital fixo. Paralelamente, a forma de contratação de mão-de-obra, fixação de salários e condições de trabalho não é a mesma para todos os agentes.

A escala de ação das firmas conhece profundas desigualdades em função da suas topologias e do volume dos capitais fixos e de giro, mas também do acesso ao crédito bancário e aos juros mais baixos. Por outra parte e apesar da difusão da propaganda e do crédito, são poucas as firmas que reúnem condições para mudar eventuais inelasticidades da demanda, induzindo a população a expandir seus consumos. Do mesmo modo, a negociação com os fornecedores e intermediários a respeito de quantidades e qualidades, preços e prazos, é significativamente desigual entre agentes, assim como seus recursos técnicos e políticos para obter benesses do poder público. É o caso da construção de infra-estruturas apropriadas às suas atividades, créditos públicos de juros baixos, exclusividade

de mercado em certas porções do território, concessões de serviços essenciais à produção e à vida, escala das compras públicas, parâmetros de legalidade, higiene e saúde, entre tantos outros. Nesse diapasão o acesso às informações verdadeiramente estratégicas é incomparável entre os agentes de ambos os circuitos, inclusive porque as grandes firmas são produtoras e vendedoras de tais informações.

Embora nos dias de hoje os agentes do circuito superior marginal, e mesmo do circuito inferior, possam eventualmente alcançar o mercado externo, a participação duradoura e em condições de superioridade é reservada a um punhado de oligopólios. Esse fato depende, entre outros elementos, da existência de pontos de comando dentro e fora do país, de logísticas específicas e de adaptações às variações cambiais – ou da capacidade de provocá-las. Somente um punhado de corporações pode realmente fixar preços, apesar de que tal política deva ser renovada numa permanente guerra sem quartel com as demais *holdings*. Nesse processo descortinam-se novas feições dos oligopólios e suas topologias no território nacional e na cidade, cujo resultado é não raro uma maior concentração econômica. É o dinamismo da economia política da urbanização e da economia política da cidade.

Essas desigualdades técnicas e políticas entre os agentes e parcelas do meio construído revelam que hoje a cidade é, concomitantemente, uma manifestação da economia oligopolizada e um meio para a oligopolização da economia. Não se trata, todavia, de um quadro estático e permanente, mas de um movimento incessante e contraditório de redefinição das divisões territoriais do trabalho particulares. Por isso, a cada dia, os parceiros-rivais redefinem o tamanho do seu mercado – aí incluídas as topologias e as densidades, as guerras e os acordos entre parceiros-rivais e, fundamentalmente, sua relação com os diversos segmentos do Estado. A condição oligopolista da cidade, sinônimo de uso corporativo do território, é portanto um processo, cuja explicação não se alcança sem considerar os elementos da formação socioespacial.

Desse modo, tal dinâmica não obedece a eventos de escala meramente urbana mas à superposição de divisões territoriais do trabalho planetárias, nacionais, regionais e locais. É isso que permite a coexistência de mercados tão desiguais e segmentados e a sobrevivência, no espaço urbano, das camadas mais pobres.

Os agentes que desenvolvem divisões do trabalho alicerçadas nas mais recentes inovações técnico-científico-financeiras exigem a modernização de certas porções da cidade, buscam compartimentar o meio construído e tornar suas ações mais seletivas e eficientes. Entretanto, como num movimento desigual e combinado, a valorização de um pedaço da cidade não se realiza sem a desvalorização das demais, pois a massa de dinheiro social é direcionada para as áreas que demandam altos capitais fixos e de giro.

Poderíamos pensar que essa massa de dinheiro social conhece uma diminuição em virtude da maior apropriação do excedente como lucro, que advém da diminuição dos custos e do aumento dos preços, eliminando concorrentes menores em certos ramos da economia e em certas porções do território. Contudo, essa situação de oligopólio não é o único problema grave que enfrentamos. A parcela pública dessa massa de dinheiro social é desviada em favor de um punhado de atores. Conhecido como socialização capitalista (TOPALOV, 1974), esse processo completa a fragmentação socioespacial da cidade. O anverso da medalha é que essa mesma desvalorização permite a multiplicação de localizações e mercados para uma produção menos capitalizada e tecnicada. Não esqueçamos que os circuitos da economia urbana têm um valor relacional. O limite que separa os circuitos advém, antes de mais nada, de tal valor relacional.

Contudo, longe de serem resultado de dinâmicas compartimentadas dos fatores de produção, os circuitos da economia urbana são verdadeiros vasos comunicantes. É o movimento de incorporação de variáveis modernas por parte do circuito superior que redefine o valor dos capitais – aí incluída a localização –, das tecnologias e das organizações daqueles que não podem acompanhar o passo. Face ao robustecimento do circuito superior novas formas de trabalho – criativas e imitativas – despontam no circuito inferior, buscando satisfazer demandas menos solváveis. Não podemos, entretanto, esquecer a existência de uma porção marginal do circuito superior, nascida da complexidade de tarefas vinculadas à tecnificação, normatização e financeirização da economia contemporânea e à expansão dos consumos.

Pobreza e resistência

Malgrado a difusão concentrada das variáveis contemporâneas, nossa época conhece, mais do que os períodos anteriores, uma banalização dos sistemas técnicos que, em arranjos diversos, redefinem as forças produtivas, as relações de produção e, em definitivo, os lugares. Daí o uso desses novos meios de produção entre os mais pobres.

O papel do consumo é fundamental, ensejando concomitantemente o acesso aos novos bens, a obediência às normas e o endividamento. Assim, enquanto os agentes do circuito inferior aumentam seus consumos mercantis – em parte pela diminuição dos papéis sociais do Estado – vêm crescer suas dívidas e suas limitações de acesso aos bens de direito comum. No momento em que os pobres incorporam não poucas variáveis do período, aumentam sua participação na divisão do trabalho hegemônica, compartilhando ainda mais a cidade, mas não superam a escassez. É a produção de pobreza estrutural que reafirma a existência desse espaço dividido.

Uma discussão substantiva sobre a Nação e a cidade torna-se absolutamente necessária. A cidade e, mormente, a cidade grande, é o prático-inerte (SARTRE, 1979) por excelência, pois agrega no seu seio um leque de próteses e semoventes de idades diversas e uma pluralidade de práticas, idéias, normas, cosmovisões e formas de fazer que não se explicam apenas pelo presente nem apenas pela divisão territorial do trabalho hegemônica. A riqueza dessa diversidade sócio-técnica é ofuscada por uma desigualdade estrutural, cujas causas são políticas e cujas conseqüências principais são as restrições aos bens e serviços sem os quais a vida social vai à deriva. É uma desigualdade estrutural, herança e cenário para a atual vida de relações. Longe de superar tal desigualdade, uma nova vaga modernizadora, nos moldes atuais, aumentará a brecha entre as condições de produção e de vida dos agentes sociais. Essa compreensão teórica parece-nos basilar para o debate político.

Mas essa desigualdade estrutural da cidade – que, aliás, é o que permite continuar asseverando a existência de dois circuitos da economia urbana – é também funcional porque, no presente, as divisões territoriais do trabalho são obrigadas a compartilhar o mesmo pedaço do território. A cidade é o reino da praxis compartilhada ou, em outras palavras, a manifestação mais visível do acontecer solidário, isto é, a realização compulsória de tarefas comuns mesmo que o projeto não seja comum (SANTOS, 1996). Poderíamos dizer que o espaço urbano é dividido mas, ao mesmo tempo, compartilhado. Nesse contexto contraditório de pobreza estrutural e novas possibilidades técnicas e políticas, poderíamos vislumbrar algumas formas de resistência espontâneas que, somadas às formas organizadas, podem apontar caminhos para o futuro.

Referências:

- BICUDO Junior, Edison Claudino. *O circuito superior marginal: produção de medicamentos e o território brasileiro*. Mestrado em Geografia, Universidade de São Paulo, 2006.
- BORIN, Paula. *Divisão Interurbana do Trabalho e Uso do Território nos Municípios de Águas de Lindóia (SP), Lindóia (SP), Serra Negra (SP), Socorro (SP) e Monte Sião (MG)*. Mestrado em Geografia, Universidade de São Paulo, 2003.
- CREUZ, Villy. *O direito à voz no território. Circuitos da economia urbana e a produção musical nas cidades de São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Goiânia*. Trabalho de Graduação Individual em Geografia, Universidade de São Paulo, 2008.
- DAVID, Virna Carvalho. “O território usado e os circuitos da economia urbana para a saúde no período da globalização: o exemplo dos equipamentos médico-hospitalares no Estado de São Paulo”. XIII ENANPUR, Florianópolis, 2009.
- DI NUCCI, Josefina. “O comércio de bebidas nos estabelecimentos do circuito inferior da economia nas cidades argentinas (Tandil, Mar del Plata e Buenos Aires)”. XIII ENANPUR, Florianópolis, 2009.
- GRIMM, Flávia. *Uso do território e coexistências de empresas de refrigerantes no Brasil*. Mestrado em Geografia, Universidade de São Paulo, 2003.
- MONTENEGRO, Marina Regitz. *O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização*. Mestrado em Geografia, Universidade de São Paulo, 2006.
- OLIVEIRA, Edilson Luís. *Divisão do trabalho e circuitos da economia urbana em Londrina-PR*. Doutorado em Geografia, Universidade de São Paulo, 2009.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. *L'Espace Partagé. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés*. Paris: M.-Th. Génin, Librairies Techniques, 1975.
- SANTOS, Milton. *Por uma Economia Política da Cidade: O Caso de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SARTRE, Jean-Paul (1960): *Crítica de la Razón Dialéctica*. Precedida de Cuestiones de Método. Buenos Aires: Losada, 3 ed., 1979.
- SILVEIRA, Maria Laura. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. *Cadernos CRH*, Salvador, 2009, vol. 22, n. 55, pp. 65-76.
- SILVEIRA, Maria Laura. Metrópolis brasileñas: un análisis de los circuitos de la economía urbana. *Eure*, Santiago de Chile, dez. 2007, vol. XXXIII, nro. 100, pp. 149-164. <http://www.scielo.cl/eure.htm>
- TOPALOV, C. *Les Promoteurs immobiliers*. Paris: Mouton, 1974.